

## EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA VISÃO GLOBAL MEDIADA PELOS INSTRUMENTOS DA TUTORIA

João C. R. Caetano<sup>1</sup>; Josenir Hayne Gomes<sup>2</sup>

**Grupo 5.4.** *Função social da educação a distância: trabalho, cidadania e emancipação*

### RESUMO:

*Esta é uma reflexão sobre o papel do tutor nos novos ambientes comunicacionais de aprendizagem virtuais (AVAs) e das interações em redes sociais utilizados pela Universidade Aberta (UAb), de Portugal, com estudantes de todo o mundo. Os autores indagam o modo como, na UAb (uma universidade pública de investigação e ensino especializada na educação a distância), se processa a colaboração no âmbito da comunidade educativa. Conclui-se que a gestão da aprendizagem faz-se segundo particulares condições de flexibilidade e interatividade, na base de um modelo pedagógico específico. Mais se conclui que os resultados de aprendizagem dependem de específicas condições de diálogo, criação e controle dos processos de aprendizagem, por parte de professores e tutores, mediante a utilização de ferramentas de gestão e autoria que permitem a participação dos vários agentes nos referidos ambientes virtuais de aprendizagem. Dá-se atenção à figura do tutor, no âmbito da estratégia de desenvolvimento da UAb.*

**Palavras-chave:** UAb, comunidade educativa, tutoria, tecnologia, cidadania.

### ABSTRACT:

#### DISTANCE EDUCATION: AN OVERVIEW MEDIATED BY THE INSTRUMENTS OF TUTORING

*This is a reflection on the role of the tutor in the new virtual learning communication environments (VLEs) and interactions in social networks used by the Portuguese Open University (UAb), with students from all over the world. The authors ask how, in UAb (a public university of research and education specialized in distance education), the collaboration takes place within the educational community. The authors conclude that the management of learning is carried out in particular conditions of flexibility and interactivity on the basis of a specific pedagogic model. The authors also conclude that the learning outcomes depend on specific conditions of dialogue, creation and control of the processes of learning, by teachers and tutors, through the use of authoring and management tools that allow the participation of several actors in these virtual learning environments. Particular attention is given to the figure of the tutor within the development strategy of UAb.*

**Keywords:** UAb, educational community, tutoring, technology, citizenship.

<sup>1</sup> Professor na Universidade Aberta (UAb), Portugal – jrc@uab.pt.

<sup>2</sup> Tutora em EaD, Brasil; mestranda na UAb, Portugal – josenirhayne@ig.com.br.

## 1. Introdução

Homero penetrou, com impressionante simplicidade, nos grandes dilemas da existência humana, com suas valências e ambivalências: amor, ódio, inveja, desejo, poder, paixão. Numa célebre passagem da Odisseia, Ulisses pede para ser amarrado ao mastro de seu navio para poder ouvir os irresistíveis cantos das sereias, mas sem ser encantado e devorado por elas (Homero, trad. 2012).

Reportando à atualidade da educação e, em particular, da educação a distância, também as tecnologias permitem novas e extraordinárias possibilidades e, contudo, a prudência, a ética da responsabilidade, a participação ativa na sociedade e critérios de sustentabilidade visam evitar que “a sereia nos devore” e nos tire a existência humana. Aliar a tecnologia ao progresso é hoje um grande desafio posto à humanidade, que começa pela questão de saber se essa ligação é possível e/ou necessária. Não será a tecnologia desumanizadora? Há quem pense que as novas tecnologias da informação e comunicação põem em causa os direitos fundamentais dos cidadãos, e, por isso, conteste a ideia de globalização, com o argumento de que esta traz profundas e inaceitáveis desigualdades (Hick, Halpin e Hoskins, 2000). Levada ao extremo, esta tese poderá sustentar que o uso da internet e das redes sociais, assim como das plataformas digitais de educação a distância, como expressão do fenômeno da globalização, é mau. Não é esse o ponto de vista dos autores, mas sim a sua interrogação de partida, porque esta dúvida permite-nos perguntar para que serve a educação e, particularmente, permite-nos refletir sobre o papel da educação a distância nas sociedades contemporâneas.

A educação a distância tornou-se uma moda, sendo prova disso que hoje em dia todas as universidades pretendem fazer educação a distância. Esta afirmação é verdadeira para Portugal e para o Brasil, assim como para a generalidade dos países desenvolvidos. Recentemente foi notícia que algumas das mais importantes universidades estadunidenses se propõem oferecer cursos a distância (online) gratuitamente (Hougland, 2012).

São várias as razões que justificam a atual expansão da educação a distância, mas uma destaca-se: a necessidade de garantir o acesso de mais pessoas ao ensino superior. Na perspectiva das ciências sociais e políticas, Jürgen Habermas (Habermas, 2012), Gomes Canotilho (Canotilho, *apud* Habermas, 2012) e Paulo Bonavides (Bonavides, 2011) consideram o “acesso” das pessoas aos bens a categoria central da contemporaneidade. E a verdade é que historicamente a inclusão social é considerada um fator de extrema importância na justificação social e política da educação a distância.

Hoje a realidade é diferente mas a necessidade de garantir o acesso das pessoas aos bens, em particular à educação, é ainda mais importante. Esse foi o argumento utilizado em 2009 por uma comissão de peritos internacional escolhida pelo Governo português para se pronunciar sobre a estratégia e os modelos de expansão da educação a distância em Portugal. No relatório final, a comissão aconselhou o governo português a promover o aumento entre quatro a cinco vezes, no período de cinco anos, do número de estudantes em educação a distância em Portugal (Hasan *et al.*, 2009). A tarefa deveria ficar a cargo das instituições portuguesas de ensino superior em geral, embora tenha sido destacado o papel da UAb nesse empreendimento, dada a sua especialização na área. A verdade é que não faz educação a distância quem quer, mas quem a sabe fazer, o que

exige uma reflexão séria, tendo nomeadamente em conta o contexto de cada país. É o que nos propomos fazer neste trabalho, que se inscreve no campo teórico e metodológico da filosofia da educação.

Atualmente prevalece a diferença de abordagens na promoção da educação a distância, não apenas entre países mas também entre universidades. Em Portugal prevalece o modelo da UAb, internacionalmente reconhecido, o qual se diferencia muito das abordagens brasileiras, se bem que pensemos que, nos próximos anos, se verificará uma convergência de perspectivas.

Uma das matérias em que a UAb (de Portugal) se diferencia tanto das universidades europeias como brasileiras tem a ver com a forma como perspectiva o trabalho dos tutores no âmbito da comunidade educativa. A UAb é precursora na atribuição de mais responsabilidades aos tutores, com reflexos na alteração do seu perfil funcional e na definição dos requisitos de seleção. É objetivo do atual reitor da UAb, Paulo Dias, organizar o crescimento da oferta formativa da instituição através de uma utilização mais seletiva dos tutores, o que é estrategicamente relevante. Esta política passa por uma nova definição regulamentar interna, a cargo de um dos autores do presente trabalho, embora não necessariamente pela criação da figura legal do tutor no âmbito da carreira docente do ensino superior.

Para efeitos da presente reflexão, os autores entendem a educação a distância como uma modalidade de transmissão multidirecional de conhecimento baseada na valorização das interações e na troca de informação entre professor e/ou tutor e estudante, e entre estudantes, através de ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs), com vista à produção de conhecimento. No lugar da reprodução meramente passiva de informação própria do ensino tradicional, da “educação bancária”, do currículo padronizado, a EaD visa estimular a criatividade dos aprendizes/aprendentes, nomeadamente através da chamada pedagogia de projetos, centrada na figura do aprendiz/aprendente.

Para desenvolver a EaD não basta introduzir tecnologias nas atividades de ensino/aprendizagem, antes é fundamental pensar como aquelas são disponibilizadas, como o seu uso pode efetivamente desafiar as estruturas existentes, qualificando e capacitando os envolvidos (Almeida, 2002). O estado da arte nesta matéria vai para além das ciências da educação, abrangendo outras áreas do conhecimento, designadamente as ciências sociais e políticas e as políticas para a sustentabilidade. Elementos como o acesso, a participação e a sustentabilidade não só enriquecem o quadro teórico como permitem repensar questões tais como a democratização do ensino e o ensino de massas (sob a categoria do acesso), em face das possibilidades atualmente oferecidas pela EaD.

Qual é, resumidamente, o estado da arte? Blikstein diz que a internet e as redes sociais são “revolucionárias” porque, sendo “matéria-prima” digital, multiforme e de relativo baixo custo, podem ser “reinventadas no quintal” (Blikstein e Zuffo, 2003), através de programas, “software” e aplicativos que decorrem da liberdade de sermos, ao mesmo tempo, consumidores e produtores responsáveis. Os meios digitais oferecem infinitas possibilidades para experimentações em diferentes níveis de realidade, como programações, edições de textos, “sites”, filmes, modelos computacionais e “second life”. Segundo os mesmos autores, a EaD constitui um instrumento de liberação e engrandecimento dos seres humanos, porque lhes permite descobrirem suas

potencialidades, sendo a tecnologia o fio condutor desse processo de mudança (Blikstein e Zuffo, 2003). Para Levy é o uso intensivo das tecnologias que caracteriza nossa condição humana. Ele rejeita, porém, a metáfora do “impacto”, como se o homem fosse um alvo fixo e as tecnologias projéteis externos (Lévy, 1999).

Lévy faz uma leitura da realidade mais certa do que Blikstein e Zuffo, ao relativizar o papel da tecnologia. Esta é relevante na medida em que a sua utilização é pensada e mediada por critérios humanos. Só seres humanos podem aproximar-se mutuamente. Na metáfora do copo meio vazio, a educação tradicional olha para o estudante como um ser com falta de conteúdos e de comportamentos adequados: o estudante ainda não sabe, não pode, e por isso não está motivado, nem preparado. O propósito da EaD é o oposto, na perspectiva deste trabalho: os estudantes descobrem que sabem e podem, e, por isso, sentem-se preparados e querem mais. (Na UAb, o grau de confiança dos estudantes na instituição é alto, com reflexos no número elevado de estudantes que escolhem continuar a estudar na instituição, após concluírem os seus primeiros programas de formação). (Universidade Aberta, 2011: [http://www.uab.pt/c/document\\_library/get\\_file?uuid=19389382-c91e-459f-a186-8940a46951e9&groupId=10136](http://www.uab.pt/c/document_library/get_file?uuid=19389382-c91e-459f-a186-8940a46951e9&groupId=10136))

A tutoria na EaD consiste, precisamente, no processo de acompanhamento dos estudantes através de uma intensa mediação tecnológica. O tutor participa do ensino-aprendizagem mais como um mediador e motivador na relação do estudante com o material didático, em busca do conhecimento, do que como um professor tradicional onipresente e dirigente. A tutoria é parte indispensável para o sucesso de uma proposta de educação a distância, sendo seu papel mediar o processo educativo do estudante. A tutoria entra, então, como uma peça indispensável no processo de orientação dos estudantes de um programa a distância ou de uma unidade curricular (Peters, 2003).

A importância dada aos tutores pela UAb foi apresentada e reconhecida internacionalmente, no âmbito do projeto E-xcellence Next, da Associação Europeia das Universidades de Educação a Distância (EADTU), financiado pela União Europeia, de que um dos autores é o responsável em Portugal. Existem informações detalhadas sobre o projeto no “site” da EADTU em <http://www.eadtu.eu/e-xcellencenext.html>.

A articulação entre o ensino e a aprendizagem é o maior desafio posto aos educadores desde sempre, e é o que faz com que a educação seja motivadora e produtiva. A modalidade da educação a distância tem como princípio básico do processo educativo a aprendizagem, requerendo uma interação capaz de operar mudanças qualitativas na estrutura integral das pessoas. A aprendizagem não é vista como um produto, mas sim como um processo que estimula capacidades amplas e integradas como sejam refletir, analisar, interpretar, comparar, criar, argumentar, concluir, processar, questionar, solucionar, participar e preservar.

Na ecologia da informação (um conceito central da pesquisa de mestrado de Josenir Hayne Gomes em curso que subjaz à presente comunicação) o importante não é a tecnologia em si, mas a atividade realizada por meio da tecnologia, caracterizada pela diversidade, contínua evolução e sentido de localidade num contexto onde os aspectos socioculturais, afetivos, cognitivos e técnicos co-evoluem (Almeida, 2003) para uma consciência de cidadania e participação ativa. Há uma interdependência entre recursos tecnológicos e atividades, que se ajustam e adaptam mutuamente na proposta da

sustentabilidade sócio interativa cultural que fazemos na linha do que Boaventura de Sousa Santos chama a “ecologia dos saberes” (Santos, 2007).

## 2. Teoria e método

### 2.1. Aspectos teóricos

A aprendizagem não é um produto, mas sim, como se depreende do que se disse, uma ecologia de capacidades de pessoas concretas em relação, que se repercute em processos de definição de objetivos de acordo com os empreendimentos levados a cabo. Boaventura de Sousa Santos, num texto seminal em que relacionou os conceitos de subjetividade, cidadania e emancipação (Santos, 1991) abriu portas para a presente reflexão. Pense-se no caso concreto de uma unidade curricular, na UAb, hoje em dia. Aquela definição é feita em conjunto por professor e/ou tutor e estudante. Todos eles são participantes do processo de aprendizagem, cabendo-lhes, de acordo com o modelo pedagógico da UAb (Pereira et al, 2007) definir e promover, de modo partilhado, os objetivos de aprendizagem e os meios de os atingir.

A presente pesquisa (que topicamente remete para a tese de mestrado referida) surge das inquietações dos autores acerca de “preconceitos” relacionados com a EaD no Brasil (apesar de tudo, em Portugal, os preconceitos, que também existem, são menores), visando demonstrar, através de uma reflexão sobre a experiência portuguesa, como é importante o conceito de tutoria na estruturação de um pensamento avançado sobre a EaD.

A pesquisa de mestrado subjacente ao presente trabalho visa contribuir para o aprofundamento do conhecimento dos pressupostos de validade e eficácia da EaD, mormente da tecnologia.

São seus pressupostos e principais hipóteses: 1) a tecnologia não deve ser vista isoladamente, nem como uma coisa, mas sim em conjugação com outros elementos (sobretudo com o aspecto humano de liderança) e como processo que reflete uma ação comprometida; 2) nos novos ambientes comunicacionais de aprendizagem virtuais (AVAs) e das interações em redes sociais próprios da educação a distância, concretamente na UAb, o tutor é chamado a desempenhar um papel essencial; 3) para serem melhorados, os processos de aprendizagem exigem o aprofundamento, em vários campos, do quadro legal de apoio, assim como melhorias de organização e gestão internas; 4) no modelo pedagógico da UAb, o tutor, como agente do processo de aprendizagem, distingue-se do professor, mas a sua importância aumenta tendo em conta as possibilidades de interação das redes digitais e a necessidade de alcançar novos públicos (o modo como isso se repercute nas exigências de seleção de tutores e no desempenho da função está em aberto, mas é já hoje claro que devem existir diferentes categorias de tutores, de acordo com o nível de formação, e que devem ter estatutos funcionais e remuneratórios diferentes); 5) o modo como se processa a colaboração no âmbito da comunidade educativa da UAb depende dos níveis de maturidade dos estudantes (esta variável determina a natureza da tarefa e o grau de relacionamento do tutor com os estudantes); 6) dada a flexibilidade espacial e temporal do modelo pedagógico da UAb (estudantes em

todo o mundo e modelo assíncrono), as relações que os aprendentes mantêm entre si e com os tutores determinam diferentes padrões de comunicação nos processos de aprendizagem; a maior parte das tarefas atualmente desempenhadas pelos professores, pelo menos nas unidades curriculares de primeiro ciclo, podem ser desempenhadas por tutores com o grau de doutor; 7) além do grau acadêmico, é necessário que o tutor saiba comunicar adequadamente com os aprendentes, nisso se evidenciando sua capacidade de liderança: a participação e a intervenção do professor, tal como do tutor, nos ambientes virtuais de aprendizagem, depende, não apenas das condições de diálogo estabelecidas com os estudantes ou formandos, mas também da sua capacidade de criação e controle dos processos de aprendizagem mediante ferramentas de gestão e autoria; 8) a EaD (ministrada na UAb) aumenta as condições de acesso ao ensino superior dos potenciais interessados na medida em que, dada a sua flexibilidade, permite considerar diferenciadamente e a um custo mais baixo as necessidades dos aprendentes; 9) o papel do tutor, em particular do tutor com doutorado, adequa-se particularmente ao ensino universitário de massas (no caso da UAb, aos planos de estudos de 1.º ciclo); 10) os processos sócio-pedagógico-educativos de EaD desenvolvidos na UAb, no contexto dos ambientes virtuais de aprendizagem, atende às demandas das sociedades atuais (não só da portuguesa) conseguindo satisfazer as necessidades presentes dos estudantes sem comprometer as necessidades das gerações futuras (a relação entre sustentabilidade e educação a distância favorece condições de viabilidade econômica, justiça social e diversidade cultural e contribui em geral para o aprofundamento teórico desta área do saber. Neste plano há a destacar que a UAb vem sendo procurada, cada vez mais, por estudantes originários e residentes em outros países, com destaque para os países de língua portuguesa).

### **2.1. Aspectos metodológicos**

A educação é um bem público, garantido pelas constituições portuguesa e brasileira, tendo em conta as possibilidades que oferece para a formação das pessoas e, em consequência, como modo de garantia da igualdade de oportunidades entre todos (Canotilho, 1999; Tavares, 2008).

Um dos pontos fortes da UAb consiste em ter um modelo pedagógico próprio, que disponibiliza, em língua portuguesa e inglesa, aos interessados (ver [www.uab.pt](http://www.uab.pt)). Não é este um instrumento intemporal ou acabado, mas, pelo contrário, por força do disposto no artigo 1.º, n.º 5, dos estatutos da UAb, um instrumento em processo de melhoramento permanente.

Os dirigentes da UAb têm consciência de que esta apenas será forte se tiver um modelo pedagógico próprio no qual todos os membros da comunidade educativa se revejam e ponham em ação. Mas o modelo pedagógico da UAb não visa, na perspectiva dos autores da presente reflexão, a homogeneização de comportamentos. Homogeneidade livremente aceita ou forçada terá sempre os mesmos efeitos e provocará a ilusão de que esse tipo de união faz a força. Ora o modelo pedagógico virtual da UAb não impede (não deve impedir) a emergência de ideias novas e originais. E aqui chegamos à questão da tutoria e à figura do tutor. No futuro (como aliás no presente, mas de outro modo), as universidades de educação a distância terão muitos mais tutores

do que professores, não apenas por razões financeiras mas porque os tutores serão, de fato, imprescindíveis, a par dos professores, no campo do planejamento eficiente das atividades pedagógicas.

Não existe uma verdadeira universidade de educação a distância sem um modelo pedagógico. Esse modelo tem de ser obrigatório e gozar de boa reputação. E tem de estar permanentemente atualizado. Mas não tenhamos dúvidas: é a complementaridade entre as pessoas e a convergência de seus papéis e comportamentos que garante o êxito das instituições de educação a distância. Uma universidade de educação a distância apenas se desenvolve se promover o desenvolvimento em seu redor (seja no bairro vizinho ou num lugar distante), o que faz buscando, através dos seus agentes, formas alternativas de gerar riqueza e de se organizar. Ora uma universidade produz riqueza na medida em que se organiza bem e vice-versa, o que exige uma ação concertada e efetiva de todos os seus agentes.

A política está antes da lei, no sentido de que engloba ciência, economia, tecnologia e lei. Por isso, para defesa da educação a distância como política pública e modalidade de ensino, é tão necessário convencer os decisores políticos da sua bondade intrínseca como lutar pela adoção de regras e comportamentos eficientes. Mas atenção, porque os progressos nos processos de educação a distância, pelo menos na atual fase de desenvolvimento, são sutis. Não basta uma lei de educação a distância, ou um conjunto de leis, para que os problemas fiquem resolvidos. Assim como não basta a criação de uma organização representativa dos interesses das universidades que fazem educação a distância, qualquer que seja o nome que tenha.

Os autores não creem na unidade incondicional das universidades, salvo quando as ações são vantajosas para todas. O que nem sempre acontece. A busca do comportamento certo ou do resultado novo em educação a distância faz-se em pequenos espaços, nas relações em rede, sem dúvida, mas concentrada em propósitos específicos, como na relação entre professor/tutor e estudante.

Até que ponto existe uma política de educação a distância verdadeira imposta de cima ou baseada em princípios comuns inegociáveis? Em que condições emerge a resposta correta às necessidades dos estudantes? Que tipo de sistema educativo vem depois disto?

Quando a complexidade na sociedade, ou em um dos seus subsistemas, como é o caso do subsistema de educação superior, se torna muito elevada, a busca de diversas alternativas permite encontrar de forma mais eficaz a justiça. É isso que fazem – ou devem fazer – em concreto professores, tutores e estudantes, não apenas em cada universidade de educação a distância, ou com práticas de educação a distância, mas em cada projeto (que pode ser partilhado por mais do que uma universidade). Somente percebendo isto se percebe também que um estudante de uma unidade curricular do 1.º ciclo (licenciatura, em Portugal; bacharelado, no Brasil) está numa situação muito diferente de um estudante de uma unidade curricular de 2.º ciclo (mestrado) ou 3.º ciclo (doutorado). Ou, por maioria de razão, de um estudante de um programa não conferente de grau, que pode querer, através da inscrição nesse programa, atingir objetivos muito diferentes, de acordo com as suas próprias e inconfundíveis necessidades. E a verdade é que todos os objetivos são legítimos...

É possível ter sucesso na educação a distância, porque, ao contrário do que sugerem os temerosos da globalização ou os profetas da desgraça, aquela não nivela por baixo ou retira capacidades às pessoas; pelo contrário, potencia os seus efeitos sobre as próprias pessoas e sobre a sociedade como um todo. Não há nada aqui que possa fazer mal às pessoas e à sociedade, apenas a imaginação (no mau sentido da palavra). As Nações Unidas até já declararam a existência de um direito humano de acesso à internet, pelo seu impacto na vida das pessoas.

Uma estrutura social só é defendida quando aumenta a riqueza, a justiça e a segurança de seus cidadãos. E esse deve ser o dever de uma universidade de educação a distância. A estrutura das regras que enquadram a organização e o funcionamento destas universidades é muito importante, aí se fazendo a diferença entre projetos bem e mal sucedidos. Essas regras são legais, mas são também de outra natureza.

Voltemos à questão inicial: de que maneira podem as universidades de educação a distância gerar novos comportamentos mais eficientes?

Os autores propõem uma nova linha de pensamento que oscila entre o estado ideal (de pessoas satisfeitas com a sua própria vida) e a sua própria intervenção social (como professor/tutor, cidadãos, habitantes do planeta). A questão essencial, à qual chegamos metodologicamente, tem a ver com as funções da educação a distância no mundo contemporâneo. Façamos um paralelismo com as questões ambientais. Todos as pessoas são vítimas de danos ambientais. Ou são vítimas presentes, ou futuras (mais tarde ou mais cedo alguma coisa lhes acontecerá), ou simplesmente laterais (de danos que sobre elas produzem externalidades negativas). Chamemos a cada uma destas dimensões, respectivamente, “ponto”, “tempo” e “espaço”. A cada uma delas deverá corresponder uma política ou uma ação com finalidades diferentes, a qual apenas pode ser operacionalizada praticamente.

O presente trabalho aponta, por esta via, para duas hipóteses: para a indispensabilidade do planejamento temporal nas universidades de educação a distância, assim como para a indispensabilidade da crença na possibilidade de manter os referidos planejamentos no futuro; para a ideia de uma modelação causal diferenciada, de acordo com os comportamentos das pessoas. Neste sentido, defendem os autores que o modelo pedagógico de cada universidade (ou o modelo subjacente a cada programa de formação ou unidade curricular, no caso desejável de projetos colaborativos) deve gerar modelos causais diferenciados. Estas duas hipóteses apontam, não apenas para a salvaguarda da liberdade “sagrada” de ensinar, mas também para que cada professor/tutor/estudante é um caso. O que é importante é que as pessoas estejam sensibilizadas, seja pela via da formação e ambientação, seja pela via da cultura institucional, para a necessidade de trabalhar conjuntamente de acordo com as circunstâncias e as finalidades de cada situação de ensino/aprendizagem. Felizmente que a educação a distância oferece hoje em dia imensas e extraordinárias possibilidades de formação, assim a imaginação (agora no bom sentido) de quem está nas universidades encontre esses caminhos. A ação pedagógica, vista desta maneira, é atualizada pelos agentes da comunidade educativa, assumindo os tutores, pelo seu número e funções, grande importância. A atividade dos tutores, à semelhança da atividade dos professores e dos estudantes, é uma projeção do modelo de organização da UAb. E o que vale para a UAb, vale para as outras universidades de educação a distância.

### 2.3. Aspectos políticos e sociais

Sem condescender no rigor científico, esta reflexão é socialmente comprometida com a expansão da EaD, pelas razões já aduzidas, em Portugal e no Brasil. Julgam os autores que essa expansão não se fará sem mudanças de comportamentos e de mentalidades, seja no interior dos processos de aprendizagem, seja da sociedade em geral. Para “desrotular” o conceito de educação a distância como uma educação de segunda oportunidade ou por onde se entra “pela porta das traseiras”, é preciso enfrentar e vencer as barreiras do preconceito, através da afirmação de um pensamento que garanta o acesso ao conhecimento a todos os cidadãos, independentemente de sua condição social. A educação a distância deve pois ser concebida como um objeto mediador de uma ação pedagógica efetiva, capaz de concorrer, com tão bons ou melhores resultados, com o ensino presencial. Mais: entendem os autores que essa concorrência se fará inevitavelmente, no futuro, pelos mesmos públicos, deixando a educação a distância de ser destinada apenas a grupos marginalizados ou excluídos. Esse era o pensamento da educação a distância dos tempos da economia industrial, mas não já de nossos tempos. O atual reitor da UAb, Paulo Dias, é um dos mais veementes defensores desta perspectiva.

Sabe-se que os meios de comunicação e informação estão na base da fixação dos valores, “pré-compreensões” e ideias necessários ao funcionamento da sociedade. Isto ocorre em consequência das mudanças dos comportamentos, no sentido de que o que hoje prevalece ou “se avista” na sociedade não é mais o que ocorreu em décadas passadas (Santos, 2007). Sendo a evolução um processo, tanto da natureza como da sociedade, é preciso tomar consciência de que a educação a distância não se “sobrepõe” ao ensino presencial, antes está, por assim dizer, “lado a lado” com ele, em permanente competição. Constitui isso um problema para a sociedade? Não. Passa-se que a educação a distância constitui hoje mais uma possibilidade de acesso ao saber e ao conhecimento por parte das pessoas, o que é muito positivo. Não é irrealizável que todos tenham acesso ao conhecimento, independentemente do lugar onde vivam, bastando que tenham um computador com acesso à internet. Se o que se pretende é efetivar o acesso de todos à educação e ao conhecimento, como estabelecem as constituições portuguesa e brasileira, parece que este é o momento histórico mais favorável para concretizar esse desiderato.

A aposta na educação a distância é também uma questão de cidadania, quer por significar o rompimento de barreiras várias de acesso, quer porque tem um impacto financeiro e social do sistema de ensino superior.

O Decreto nº 5622, publicado em 20/12/2005, em sede de regulamentação da EaD no Brasil, diz, em seu artigo 1º, que a educação a distância se caracteriza “como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e tempos diversos.” Daqui se conclui que a EaD surge no Brasil, no plano político-jurídico, no contexto de profundas mudanças na ordem econômica mundial, visando atender a novas demandas educacionais. Diz Belloni (Belloni, 1999) que a educação aberta e a distância aparece cada vez mais, no contexto das sociedades contemporâneas,

como uma modalidade de educação extremamente adequada e desejável, tendo em conta seus baixos custos. Não é necessariamente assim, porque a educação a distância bem feita tem custos elevados, mas é hoje claro que é uma modalidade adequada e desejável, se for bem implementada.

A questão da educação a distância faz parte da agenda política contemporânea, nomeadamente por via do chamado desenvolvimento sustentável (Queirós, 2003). A atual expansão da educação a distância decorre de um processo a que um dos autores da presente reflexão – João Caetano – chama, no âmbito das suas aulas de mestrado de “Políticas para a Sustentabilidade”, do mestrado em *Cidadania Ambiental e Participação* (MCAP) da UAb, “a ecologização das relações sociais”, que se traduz na necessidade de nas sociedades contemporâneas, na decorrência das primeiras preocupações com a proteção do ambiente, as pessoas se implicarem no destino das gerações futuras. Estudos recentes na área da psicologia (Kimberly, 2012) sugerem que são as sociedades em que as pessoas mais se preocupam com a morte que mais defendem os direitos das gerações futuras, destacando-se que isso é uma questão de tempo. O que é o tempo e que implicações metodológicas tem sobre a presente pesquisa? Já se disse aqui que é muito provável que, no plano ambiental, todas as pessoas sofram no futuro prejuízos por ações presentes. Quando os sistemas sociais estão mal organizados ou desequilibrados, esses danos produzem-se com maior frequência. Esta reflexão visa alertar para a conveniência de que a educação a distância tenha o reconhecimento devido – dominam ainda os preconceitos – em Portugal e no Brasil e para que aqueles que trabalham na área tenham adequadas condições de intervenção, sob pena de graves prejuízos.

Os autores privilegiam o conhecimento da educação a distância no ensino superior, embora a sua reflexão incida também sobre os outros níveis de ensino. A abordagem centra-se na figura do tutor e no conceito de tutoria, por serem realidades complexas em evolução. Sendo a tutoria um conceito educativo antigo, remete, contemporaneamente, para a questão da introdução dos estudantes no trabalho, como forma político-social eficiente, sustentável e participativa.

Os ambientes virtuais de aprendizagem satisfazem as necessidades presentes da sociedade, não comprometendo as necessidades das gerações futuras. Os autores servem-se, para este efeito, de um conceito complexo de sustentabilidade que integra um conjunto de variáveis interdependentes relacionadas com as questões sociais, económicas e ambientais. Engajada nos princípios da sustentabilidade, a educação a distância pode aplicar-se tanto a um único empreendimento, como a uma pequena comunidade ou até ao planeta inteiro (no caso as redes sociais interativas). Esta modalidade de ensino é considerada sustentável por ser ecologicamente correta, economicamente viável, socialmente justa e culturalmente diversa.

E daí a importância de se iniciarem novas dinâmicas de interligação das dimensões portuguesa e brasileira, dada a sua proximidade cultural e a vantagem de se estabelecerem projetos comuns, a começar pelo reconhecimento geral e recíproco dos graus e diplomas.

Na pesquisa de mestrado em curso, os dados, de natureza qualitativa e quantitativa, recolhidos, serão complementados com a análise do conteúdo dos documentos estruturantes da educação a distância e da tutoria na UAb. Esperam os autores fortalecer assim a educação a distância em seus países, nomeadamente pelo

incremento da atitude crítico-reflexiva dos membros das comunidades educativas, em particular dos estudantes. Aumentando o acesso dos envolvidos ao conhecimento, pretende-se influir sobre a sua prática cotidiana através da modificação do seu modo de pensar e agir enquanto cidadãos participativos no âmbito das comunidades em que vivem (Freire, 1987).

### 3. Considerações finais

Com a presente reflexão, pretenderam os autores dar um pequeno mas informado passo na defesa da educação a distância como prática pedagógica baseada numa colaboração ativa entre diversos agentes, com repercussão sobre o mundo externo. A educação a distância visa aumentar a participação dos agentes das comunidades educativas no meio envolvente, através de ações concretas de construção de novas ideias que promovam o seu próprio desenvolvimento e o desenvolvimento da sociedade.

A prática cotidiana de buscar novas abordagens através desta modalidade de educação (EaD) conduz-nos a trabalhar as questões da educação sob um novo prisma, quebrando velhas ideias, não só no discurso, mas também na trajetória sócio-educativa, levando a uma modificação no pensar e agir com implicações efetivas na participação e inserção das pessoas nas comunidades em que vivem.

Como afirma Peris Jones (Jones, 2003), o sucesso da intervenção social implica um processo de aprendizagem coletivo para encorajar mudanças de comportamentos e atitudes dos cidadãos, capacitando-os e tornando-os agentes ativos visando uma sociedade mais justa e sustentável.

Pretenderam os autores, em síntese, contribuir para a afirmação da importância da igualdade de oportunidades dos cidadãos através da educação a distância, como meio para efetivarem novas e mais eficientes formas de participação social e, com isso, promoverem mudanças na aquisição do conhecimento. Com esta reflexão analisaram, em particular, a função de mediação dos tutores de educação a distância na UAb. Pela via da sua participação ativa, rompem, com professores e estudantes, barreiras físicas e culturais antigas. Do mesmo modo contribuem para a emancipação dos cidadãos e reforçam a democracia. De que democracia se fala? Da democracia liberal, sem dúvida, para a qual apontam novos processos e desafios, como é o caso da desejável definição de uma estratégia de aproximação e convergência entre portugueses e brasileiros na área da educação a distância, tanto no âmbito acadêmico como político e cívico. Espera-se que o tempo produza frutos.

### 4. Referências

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. **Educação a distância no Brasil: diretrizes políticas, fundamentos e práticas.** In: 6. Congresso Ibero-americano de Informática na Educação – Congresso IE-2002, 2002, Vigo – Espanha. Disponível em: <<http://cecemca.rc.unesp.br/cecemca/EaD/artigos/atigo%20Beth%20Almeida%20RIBIE.pdf>> Acesso em: 17 dez. 2010.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. Campinas: Autores Associados, 1999. p.3.

BLIKSTEIN, Paulo; ZUFFO, Marcelo K.. As sereias do ensino eletrônico. In: SILVA, Marco (org.). **Educação online: teorias, práticas, legislação, formação corporativa**. São Paulo: Loyola, 2003. p. 23-38.

BONAVIDES, P. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 10ª Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 301**, de 7 de abril de 1998. Brasília: Diário Oficial da União de 9 de abril.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação à Distância. **Programa Nacional de Informática na Educação**. Brasília: 6 de novembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 2.494**, de 10 de fevereiro de 1998. Brasília: Diário Oficial da União de 11 de fevereiro.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: 20 dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.253, de 18 de outubro de 2001**. Brasília: Diário Oficial da União de 19 de dezembro.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 3ª Ed. Coimbra: Almedina, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/entrevista>>. Acesso em: 8 ago. 2010.

HABERMAS, J. **Um ensaio sobre a Constituição da Europa**. Lisboa: Edições 70, 2012.

HASAN, A. et al. **Reforming distance learning higher education in Portugal – Panel Report**. Jul. 2009. Disponível em: <[http://www.eadtu.nl/files/Newsletter%202009/September/panel\\_report%20uni-ab.pt.pdf](http://www.eadtu.nl/files/Newsletter%202009/September/panel_report%20uni-ab.pt.pdf)> Acesso em: 10 jul. 2012.

HICK, S.; HALPIN, E. F.; HOSKINS, E. **Human Rights and the Internet**. London: Mac Millan Press, 2000.

HOUGLAND, L. **Universidades americanas oferecem mais de 100 cursos online gratuitos**. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/07/120719\\_cursos\\_online\\_lh.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/07/120719_cursos_online_lh.shtml)> Acesso em: 05 jul. 2012.

JONES, Peris S. **Urban Regeneration's Poisoned Chalice: Is There an Impasse in (Community) Participation-based Policy?** *Urban Studies* March 2003 40: 581-601.

KIMBERLY, A. et al. It's Only a Matter of Time: Death, Legacies, and Intergenerational Decisions. **Psychological Science**. v. 23, n. 7, p. 704-709, July 2012.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

PETERS, Otto. **Didática do ensino a distância**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003. p. 58-60.

PEREIRA, A. et al. **Modelo pedagógico virtual da Universidade Aberta**. Lisboa: Universidade Aberta, 2007.

QUEIRÓS, Margarida. Questões para uma agenda contemporânea do desenvolvimento sustentável. **Revista da Faculdade de Letras**. I série, v. XIX, p. 331-343, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Subjetividade, Cidadania e Emancipação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n.º 32, p. 135-191, junho 1991.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n.º 78, p. 3-46, outubro 2007.

UNIVERSIDADE ABERTA. **Resultados do Inquérito de Avaliação ao Grau de Satisfação com os Serviços Prestados pela UAb – estudantes do ano letivo de 2010-2011**. Disponível em: <[http://www.uab.pt/c/document\\_library/get\\_file?uuid=19389382-c91e-459f-a186-8940a46951e9&groupId=10136](http://www.uab.pt/c/document_library/get_file?uuid=19389382-c91e-459f-a186-8940a46951e9&groupId=10136)> Acesso em: 10 jul. 2012.

TAVARES, A. R. (org.). **1988-2008: 20 anos da Constituição Cidadã**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.